

Antropologia do desenvolvimento: balanço histórico, problemas e perspectivas

Anthropology of development: historical review, problems and perspectives

Guilherme F. W. Radomsky¹

<https://orcid.org/0000-0002-3756-4286>

guilherme.radomsky@ufrgs.br

Pablo Quintero¹

<https://orcid.org/0000-0003-4111-9895>

pablo.quintero@ufrgs.br

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo

O ensaio tem como objetivo introduzir o campo da antropologia do desenvolvimento, considerando suas trajetórias, assim como as complexas relações entre a antropologia e os processos de desenvolvimento. Para tal fim, busca reconstruir, sinteticamente, alguns dos episódios das relações históricas entre antropologia e desenvolvimento, atendendo a seus primeiros vínculos na forma da antropologia aplicada e posteriormente de antropologia para o desenvolvimento, até a antropologia do desenvolvimento e o campo maior dos estudos críticos do desenvolvimento. Nosso propósito também consiste em mostrar, sucintamente, as formas pelas quais a antropologia tem contribuído para a compreensão da produção do desenvolvimento, incluindo as formas de promoção de mudanças sociais e de diversos tipos de intervenções, especialmente no contexto das relações entre agências internacionais, Estados, políticas públicas e práticas sociais.

Palavras-chave: antropologia; desenvolvimento; globalização; modernidade.

Abstract

The essay introduces the field of development anthropology, considering its trajectories, as well as the complex relationships between anthropology and development processes. To this purpose, the essay reconstructs, synthetically, some of the episodes of the historical relations between anthropology and development, taking into account its first appearances linked to the applied anthropology and later as anthropology for development, then to the anthropology of development and the larger field of critical development studies. Our analysis also shows the ways in which anthropology has contributed to the understanding of the production of development, including the ways of promoting social changes and different types of interventions, especially in the context of relations between international agencies, states, policies and social practices.

Keywords: anthropology; development; globalization; modernity.

Introdução

A relação entre antropologia e desenvolvimento tem sua origem nas primeiras experimentações da chamada *antropologia aplicada* entre os anos 1930 e 1950, e nos modos como profissionais da antropologia se posicionaram e atuaram nos marcos das administrações coloniais e das dinâmicas geopolíticas pós-coloniais. O desenvolvimento era conceitualizado pela antropologia, em linhas gerais, como processo de mudança ou de transformação social (Malinowski, 1945; Redfield, 1953) ao qual comunidades tradicionais do Terceiro Mundo eram expostas, propositadamente ou não. Nessa época, a preocupação residia nas alterações nos seus modos de vida. Tais processos geraram um debate importante e vigoroso, respondendo, por uma parte, a demandas de instrumentalização do conhecimento etnológico, e, por outra, a fortes críticas internas sobre a natureza especial da antropologia para conhecer outros mundos culturais evitando intervenções sobre os mesmos (Albert, 2022). Mas foi particularmente na metade do século XX, quando os chamados processos de industrialização, urbanização e modernização – e as independências nacionais do período – tomaram a cena, que parte dos profissionais da antropologia entenderam que a disciplina precisaria compreender mais especificamente não tanto culturas em separado, mas as interações, relações e conflitos sociais decorrentes dessas amplas transformações envolvendo a hegemonia da modernidade ocidental (Ferguson, 2005).

Em parte, pode-se dizer que a onda modernizadora (com o corolário acadêmico nas teorias da modernização) também teve sua relevância na área com autores como George Foster (1962), provavelmente responsável por fazer com que houvesse uma certa adesão ao ideário desenvolvimentista e modernista de inspiração weberiana. Nesse contexto, por exemplo, países latino-americanos, caracterizados por grandes contingentes de populações indígenas, testemunharam o papel crescente de antropólogos para compreender mudanças sociais ou “facilitar” o desenvolvimento (como propôs Cochrane, 1971). Mas, no mesmo movimento histórico, outras perspectivas antropológicas questionaram, desde o começo, os impulsos dados pela antropologia aos processos de modernização e sua relação direta com políticas coloniais e pós-coloniais. Autores como Peter Worsley (1957) e Georges Balandier (1963), de influência marxista, exploraram criticamente os resultados locais dessa “modernização” e dos processos de transformação social derivados dela, assim como as respostas locais a tais mudanças.

Nesse marco, começou a se estabelecer nas ciências sociais uma contraposição às teorias da modernização, e, como consequência direta, uma perspectiva crítica sobre o desenvolvimento, em boa medida impulsionada pela teoria da dependência e a forte marca que esta teve no debate intelectual mundial desde a década de 1960. Sendo uma das poucas criações intelectuais latino-americanas com projeção mundial, a teoria da dependência criou a possibilidade de pensar criticamente no desenvolvimento como um processo global de relações internacionais e intranacionais caracterizadas por complexas relações de poder que reproduziam, necessariamente, o subdesenvolvimento dos países do Terceiro Mundo como condição de possibilidade do desenvolvimento daqueles do Primeiro Mundo (Gunder Frank, 1970).

Dessa forma, longe de tratar com unidades isoladas (comunidades locais, países, regiões) localizadas em diversos níveis pseudoevolutivos e que transitariam por um trajeto inevitável e contínuo desde o subdesenvolvimento até o progresso e a modernidade, a teoria da dependência permitiu a consideração das relações de dominação e exploração social em áreas mais amplas. Certamente a fundamentação dessa perspectiva era a economia política marxista, mas que entretanto pretendia também refletir sobre a “cultura” e a “dependência” dos processos de subjetivação social no Terceiro Mundo. O impacto global da teoria da dependência se articulou, inclusive, de forma heterogênea, com modelos antropológicos como os estudos sobre áreas culturais (Steward, 1955) e a chamada antropologia das civilizações (Ribeiro, 1968). Ambas as abordagens diferiam entre si, mas convergiam em destacar o caráter histórico das sociedades humanas pensadas em termos de desenvolvimento, seja nos contatos interétnicos, na tecnologia e nas chamadas forças produtivas, ou nos processos de interdependência nas formações sociais. Esse marco também permitiu o questionamento da tradição econômica liberal, denotando, por uma parte, que o desenvolvimento propugnado não era mais do que o desenvolvimento do capitalismo (colonial) e suas desigualdades (Amel, 2020; Amin, 1974; Bambirra, 1974; Rodney, 1972), e, por outra, que o que se desenvolve não são os países, mas o sistema-mundo moderno (Wallerstein, 1996).

Com importantes exceções (por exemplo Fernandes, 1968; Nash, 1979; Worsley, 1971), os estudos do desenvolvimento baseados na teoria da dependência enfrentaram diversos problemas heurísticos tanto na explicação global da apropriação geral de excedentes pelo desenvolvimento capitalista quanto na

análise pormenorizada dos processos locais das formações sociais do Terceiro Mundo, sobretudo no que respeita às dinâmicas de diferenciação e hierarquização social para além das classes. Da mesma forma, os estudos da teoria da dependência, ou inspirados nela, naturalizavam os principais correlatos do desenvolvimento e do progresso, e, em consequência, da própria modernidade.¹

Precisamente por isso, em décadas posteriores, a crítica ao desenvolvimento desde as ciências sociais procurou transcender o questionamento de modelos de desenvolvimento, passando a analisar o desenvolvimento em si mesmo. Nesse sentido e do ponto de vista específico da antropologia do desenvolvimento, a grande produtividade da área foi aparecer de fato mais adiante, quando, entre o final dos anos 1970 e os anos 1990, abordagens críticas se tornaram mais presentes no campo. Aqui podemos testemunhar tal transformação na esteira da especial confluência entre as influências do período marcado pelo neomarxismo, da participação crescente do pensamento pós-colonial nas ciências humanas e da relevância fundamental de Michel Foucault e do pós-estruturalismo para a área (Escobar, 1995; Ferguson, 1994). Confluências de perspectivas que, no entanto, não estão isentas de tensões que se mantêm até a atualidade.

Desde esse marco, nosso objetivo neste ensaio é reconstruir, sinteticamente, alguns dos episódios das relações históricas entre antropologia e desenvolvimento, atendendo a seus primeiros vínculos na forma da *antropologia aplicada* e posteriormente de *antropologia para o desenvolvimento*, até a *antropologia do desenvolvimento* e o campo maior dos *estudos críticos do desenvolvimento*. Esperamos mostrar sucintamente como a antropologia tem contribuído para a compreensão da produção do desenvolvimento, das formas de promoção de mudança social e de intervenção, especialmente no seio das relações entre agências internacionais, Estados, políticas públicas e práticas sociais.

Iniciamos o ensaio com alguns elementos de história e conceituação do desenvolvimento, passando para uma análise do que pode se denominar de arqueologia e discurso do desenvolvimento. O problema da ajuda e da cooperação internacional é examinado na seção seguinte e, então, traçamos um breve panorama da antropologia do desenvolvimento feita no Brasil. Nessa mesma seção é tecido um balanço geral sobre o desenvolvimento e a antropologia.

1 Para revisões atuais e pormenorizadas da teoria da dependência e suas diversas vertentes podem ser consultados, entre outros trabalhos, os de Katz (2020), Luce (2018) e Wasserman (2017).

Historicizando e conceituando o desenvolvimento

A partir de uma perspectiva crítica, os processos de desenvolvimento estão associados ao controle sobre a vida, sobre recursos e sobre a mudança social. Quanto a este último ponto, trata-se de reconhecer que desenvolvimento não pode ser entendido em termos de mero progresso (embora possa se relacionar com o termo, sobretudo ideologicamente) e tampouco simplesmente de mudança social. Desenvolvimento implica mudança social planejada, administrada e organizada para determinados fins. Supõe intrinsecamente que a mudança deva estar orientada numa certa direção, intensificando certos processos em termos de complexidade e geralmente conduzida por atores que apelam para domínio intelectual ou político dessa mudança.² Uma notável observação de Cowen e Shenton (1996) coloca bem os termos do problema. Para os autores, se até o século XIX a história das sociedades conhecidas mostrava períodos de maior ou menor intensidade da pobreza, problemas de escassez, desigualdade ou fome, foi somente naquele século que em alguns lugares do Ocidente apareceu a ideia de um sistemático enfrentamento desses vários problemas com políticas públicas.

Aqui, certamente, a divisão geopolítica ente Ocidente e não Ocidente é mais que relevante. Já nos séculos XVII e XVIII podem ser registrados debates filosóficos e sociais acerca de estágios ou níveis de avanço civilizacional. Ainda sem o aparecimento de categorias como evolução ou a própria acepção contemporânea de desenvolvimento, as populações mundiais foram classificadas através de diversas teorizações que consideravam graus de complexidade ou progresso social. Noções sobre formas de organização social, economia e propriedade eram colocadas como parâmetros para essa classificação, evidentemente baseada numa concepção unilinear do tempo histórico. Longe de ser uma invenção da antropologia evolucionista do final do século XIX e começos do século XX, as teorias de hierarquização da população mundial são bem mais antigas do que isso, e se articularam com projetos coloniais/imperiais também anteriores.³

2 Sobre as questões etimológicas envolvendo o vocábulo “desenvolvimento” e sua história social, consultar as investigações de Esteva (1992), Rist (2008) e Williams (2000).

3 A antropologia tem sido historicamente reprodutora dessas narrativas, mas, como bem demonstram Fabian (2013), Hymes (1974) ou Trouillot (1991), ela mesma é também produto desse movimento histórico, e não o contrário.

Os modelos de colonização e expansão imperial foram amplamente justificados através das narrativas do dever civilizador da Europa para com os povos colonizados (Césaire, 2006). A administração colonial de territórios ultramar implicava necessariamente um processo de amparo, pretendidamente benéfico, para aquelas populações supostamente sem propriedade, sem mercado, sem Estado e sem história.

Assim, progresso era ainda visto como um processo imanente, uma espécie de curso da história em direção a uma forma mais avançada de vida coletiva. Na avaliação de Thomas (2000), esse progresso se tornou agressivamente transformador da vida social – particularmente a referência do autor é a Revolução Industrial e suas consequências – e emerge então uma maneira de reconstruir a ordem social e evitar dramáticos fenômenos como o desemprego ou a pobreza em massa. Foi assim aventada a ideia de desenvolvimento enquanto algo intencional e planejado que poderia resolver tais problemas (Cowen; Shenton, 1996; Thomas, 2000).⁴ Precisamente por isso, essa empresa moderna se articulou prontamente com alguns dos projetos da época fundacional das ciências sociais, particularmente a sociologia e a antropologia, nas quais boa parte das pesquisas sociais se projetavam para dar conta de “problemas” das sociedades ocidentais e não ocidentais (Cooper; Packard, 1997). Tais problemas não se limitavam às atribuições geradas pela desigualdade e violência, pelo contrário, em alguns casos estavam definidos pela necessidade de controle populacional e de manutenção do sistema, tanto no Ocidente como fora dele.

No período posterior à Segunda Guerra Mundial, já com a solidificação das ciências sociais, assistimos a um processo de transformação global semelhante ao acontecido durante a segunda metade do século XIX, mas nesse caso no que diz respeito a organizações multilaterais e agências internacionais: Escobar (1995) sustentou que justamente nesse momento vemos o surgimento do desenvolvimento propriamente dito, em escala internacional com instituições especializadas e profissionais do desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento realmente como um aparato para organizar a mudança numa determinada direção e com uma forma específica de reconstrução da ordem mundial, especialmente

4 Para o debate contemporâneo sobre as relações entre desenvolvimento enquanto processo imanente ou como ação planejada, ver Lewis (2019). Uma análise de caso é realizada em Radomsky (2023).

no Ocidente capitalista. Vale lembrar que dois fatores geopolíticos foram fundamentais nesse processo, a saber: a consolidação definitiva dos Estados Unidos como potência hegemônica global e o começo da Guerra Fria, ambos os fenômenos resultantes da Segunda Guerra Mundial.

Até aqui não estabelecemos com clareza o conceito de desenvolvimento que nos parece adequado. Ao longo da história dos estudos de desenvolvimento inúmeras conceptualizações foram inventariadas e não caberá aqui retomar tais conceptualizações. Não obstante, duas formas de pensar o problema nos parecem relevantes. Rist (2008, p. 13, tradução nossa) observa que:

“[o] Desenvolvimento” consiste de um conjunto de práticas, às vezes aparecendo em conflito uma com outra, que requer – para a reprodução da sociedade – a transformação geral e a destruição do ambiente natural e das relações sociais. Seu objetivo é aumentar a produção de mercadorias (bens e serviços) direcionadas, pelo mecanismo da troca, para demanda efetiva.

Para Rist, se pode dizer que o desenvolvimento é destruidor e está associado expressivamente ao capitalismo, embora não se confunda com ele. Por essa razão, oferecemos aqui uma orientação que procura ser mais ampla sobre desenvolvimento e que se inscreve tanto num processo de intervenção numa sociedade como numa ótica histórica que recupera uma longa trajetória inextrincável dele: a colonialidade.

Desta maneira, o desenvolvimento representa um domínio ou campo de pensamento e ação, de tipo escalar, que se desenvolve tanto em nível global como local, constituído por: a) uma episteme generalizada que administra seus discursos e representações (re)produzindo as diretrizes da modernidade/colonialidade no âmbito da subjetividade; b) uma práxis sistemática (não sistêmica) que codifica suas práticas interventoras nas sociedades que se supõe serem subdesenvolvidas. Assim, o desenvolvimento inscreve uma lógica epistêmica e uma lógica operacional mediante as quais funciona precisamente como um sistema estrutural de discursos e práticas (Quintero, 2015, p. 158, tradução nossa).

A tentativa de definição anterior procura ser um ponto de partida que integre as dinâmicas subjetivas e materiais do desenvolvimento, ao mesmo tempo que

contextualiza sua natureza multiescalar e histórica. Não obstante, qualquer definição do desenvolvimento é necessariamente parcial e precisa ser contrastada com a atuação concreta dos discursos e práticas coproduzidos nos processos de desenvolvimento. Lembrando que as condições materiais de existências e os processos de subjetivação social conformam uma totalidade social, necessariamente heterogênea, mas que só pode ser dividida em dimensões diferentes como método de abstração analítica, nunca como expressão homóloga à realidade de cada processo.⁵

A arqueologia e o discurso do desenvolvimento

Entre as décadas de 1980 e 1990, a antropologia do desenvolvimento experimentou um período de extraordinária produtividade, conforme evidenciado por uma série de trabalhos e coletâneas de grande relevância internacional (Crush, 1995; Escobar, 1995; Ferguson, 1994; Hobart, 1993; Olivier de Sardan, 1995). Na esteira dessas antropologias críticas do desenvolvimento, monografias e estudos que articularam antropologia, etnografia e história demonstraram a fecundidade do período que, pode-se dizer, permitiu uma visão mais ampla sobre problemas da implementação de políticas de desenvolvimento em diferentes partes do mundo (Li, 2007; Mosse, 2005; Ribeiro, 1999).

Michel Foucault é um autor de referência nesse momento, isso acontecendo em alguma medida pela ampla circulação que tiveram as obras mais importantes de James Ferguson (1994) e Arturo Escobar (1995). Realizadas ainda nos anos 1980 em contextos e universidades diferentes, não resta dúvida que as visitas, cada vez mais frequentes, do filósofo francês aos Estados Unidos tiveram papel central. Arturo Escobar trabalhava com Paul Rabinow – um dos interlocutores de Foucault em solo norte-americano – na Califórnia, enquanto Ferguson desenvolvia sua tese de doutorado em Harvard, pesquisando no Lesoto. O primeiro se dedicou a uma ampla investigação sobre a arqueologia do desenvolvimento no pós-guerra e sua construção em organizações e Estados (especialmente a Colômbia, no caso) e programas localizados – que situaram justamente a construção do

5 Sobre essa categorização do desenvolvimento, pode-se explorar Quintero (2014, 2015, 2017).

terceiro-mundismo e do subdesenvolvimento como resultado (de governo, no sentido dado por Foucault). Por outro lado, Ferguson, com trabalho mais etnográfico, desenhou sua perspectiva ao favorecer a análise do que o desenvolvimento produz (não o que ele deixa de realizar) e ao estipular que, como uma máquina antipolítica, o dispositivo do desenvolvimento é fator crucial para burocratizar e fortalecer os Estados e tecnificar os programas de intervenção, despolitizando debates públicos e oportunizando a manutenção da estrutura do poder e da desigualdade.

Eram conclusões avassaladoras para uma matriz de pensamento que vinha ainda de um período que confiava nas grandes metanarrativas de construção de um mundo justo, organizado e civilizado e no qual o desenvolvimentismo era mais um dentre os modos de vislumbrar um futuro de emancipação. Ao completar cerca de 50 anos de programas internacionais de desenvolvimento, na virada do século, a crença era paulatinamente mais frágil a respeito de que esse discurso associado a suas práticas poderia de fato gerar mudanças positivas. Mesmo assim, o desenvolvimento não viria a morrer nas mentalidades e nos hábitos, como destacaremos adiante.

Foi também no período que demarca a passagem dos anos 1980 para os 1990 que os chamados estudos pós-coloniais, em suas diferentes vertentes, ganharam notoriedade internacionalmente. Foi notavelmente o trabalho de Edward Said (1990), não por acaso inspirado em autores como Michel Foucault e Raymond Williams, que reaproximaria esses debates, reatualizando algumas discussões de décadas anteriores para pensar na produção ocidental de discursos sobre as sociedades não ocidentais. O orientalismo enquanto literatura e área acadêmica era produto do pensamento ocidental e formou representações significativas sobre a vida e os hábitos cotidianos das pessoas do Oriente Médio. Na perspectiva de Said, tais discursos produzidos em contexto coloniais empregavam, entre outros elementos, a missão civilizatória de Ocidente, o que fazia possível explorar comparativamente continuidades e rupturas dessas formações discursivas em contextos coloniais e pós-coloniais. Não demorou muito para profissionais da antropologia sentirem-se animados pelas propostas de Said e colocarem os processos de desenvolvimento e modernização como objetos de pesquisa, mas dessa vez com a questão colonial como chave analítica (Coronil, 2002; Kapoor, 2008; McEwan, 2009); o próprio Escobar (1995) já explicitava esta relação entre colonialismo e desenvolvimento (retomando o problema em diferentes momentos, por exemplo, em Escobar, 2003, 2008).

Evidentemente Said não inventou a crítica anticolonial – e de fato rechaçou sempre o epíteto de pós-colonial –; muito pelo contrário, a oposição ao colonialismo é tão antiga quanto o próprio colonialismo e tem importantes representantes que registraram suas críticas em tratados de diversos tipos pelo menos desde o século XVI. Mas é no século XX onde deve ser registrada a ressonância de autores como José Martí, José Carlos Mariátegui, Aimé Césaire e Frantz Fanon,⁶ que posteriormente seriam retomados pelos chamados pós-coloniais na década de 1980. Para além dos debates acadêmicos, os processos de descolonização formal da África e Ásia, que se encerrariam quase totalmente no final da década de 1970 com as independências de Angola e Timor Leste em 1975 e do Djibouti em 1977, marcaram também um ponto de inflexão fundamental. Que tipo de modelo econômico e político deveriam construir as novas repúblicas? Como desvincular-se das heranças e continuidades coloniais? Deveriam procurar pelo (seu) desenvolvimento?

As três vertentes contemporâneas da crítica anticolonial das décadas de 1980 e 1990 (pós-colonialismo, estudos subalternos e decolonialidade) se depararam com esses debates e tiveram uma grande influência nos estudos críticos do desenvolvimento. Em algumas oportunidades representantes dessas correntes participaram diretamente nos debates críticos do desenvolvimento, como são os casos de Gayatri Chakravorty Spivak (1999), Valentin-Yves Mudimbe (2013) e Aníbal Quijano (1989, 2000). A articulação das tendências anticoloniais com a antropologia do desenvolvimento teve dois impactos fundamentais. Em primeiro lugar, a necessidade de incluir as relações étnico-raciais e os processos de diferenciação social, especialmente de gênero (Adams; Pigg, 2005; Lang; Mokrani, 2010; Visvanathan, 1997), no âmbito das análises dos processos de desenvolvimento, especificando e particularizando as populações que são objeto desses processos, e considerando as dinâmicas intranacionais, às vezes retomando a categoria de colonialismo interno (González Casanova, 1969; Stavenhagen, 1969). O segundo impacto central foi o de considerar o desenvolvimento como engrenagem de um conjunto maior de sistemas econômicos e socioculturais ligados ao colonialismo global, e não uma ideia/força independente; assim, em alguns casos, as análises fizeram uma ênfase maior no capitalismo, em outras, na modernidade.

6 Dos dois últimos, sobretudo Césaire (2006) e Fanon (1969).

A partir dessa onda de debates e proposições, caso corresponda à crise do capitalismo global desde meados dos anos 1970, ao fracasso de programas desenvolvimentistas e às experiências neoliberais seguintes, não parece ser fora de propósito que alguém tenha escrito que era tempo de marcar o obituário do desenvolvimento (Sachs, 1992). Como antes mencionado, as críticas vinham sendo avassaladoras, e com os debates sobre a conquista da América e a manutenção da colonialidade por meio de programas de desenvolvimento isso ainda se intensificou. Entretanto, esse parece ser um daqueles casos mostrados por Gilbert Rist (2008): certos ideários estão acima de ideologias políticas e é muito difícil se livrar deles. Diz ainda o autor que existem ideias tão impregnadas que se tornam alvo de práticas de salvação, e o desenvolvimento parece ser também um desses casos, já que é sempre mais fácil mostrar que um único projeto fracassou, e que um novo pode ter sucesso, do que afirmar que nada resta do ideário do desenvolvimento.

Dentre as paisagens a respeito da crise do desenvolvimentismo, pode-se destacar também as abordagens que procuraram articular problemas globais com pesquisas de campo, feitas desde a antropologia. Nessa situação decisiva de tensões acerca da continuidade ou não dos modelos de desenvolvimento, o que se denominou de pós-desenvolvimento foi fundamental enquanto crítica tanto política como acadêmica (Escobar, 2005): um conjunto muito variado de ações e tendências focadas em enfrentar os programas de desenvolvimento com dinâmicas e tendências extremamente diversas, mas que são possíveis de analisar em muitos contextos locais (Rahnema, 1997).⁷ Já em Escobar (1995) ficou claro que a ideia de imaginar uma era pós-desenvolvimento consistia em considerar a possibilidade de existência de um mundo não mais guiado unicamente pela narrativa do desenvolvimento. Portanto, caberia observar e aprender também com práticas ou iniciativas alternativas ao desenvolvimento ou à modernidade (Escobar, 2008). Essa tendência teve aportes fundamentais para a antropologia do desenvolvimento, porém foi muito menos relevante nos processos locais, possivelmente por dar muita ênfase às formações discursivas, deixando de lado

7 Seria possível destacar diversos estudos e análises do pós-desenvolvimento. Indicamos a síntese de Escobar (2005) e a coletânea de Rahnema e Bawtree (1997). Rist (2008) também aborda o tema no final de sua obra.

as relações e condições materiais de existência das populações locais (como é o caso da coletânea de Crush, 1995).

Se em 1992 Wolfgang Sachs, entre outros, escreveu que era o tempo de marcar o obituário do desenvolvimento, 25 anos depois o autor mostrou quão ingênuo foram aqueles que decretaram a morte do desenvolvimento, como ele próprio (Sachs, 2017). As análises mais recentes parecem procurar perceber que os “enterros prematuros” de ideologias podem ser superados em pouco tempo (Ziai, 2015). Mesmo assim não restam dúvidas de como os processos de desenvolvimento pelo menos se alteraram profundamente nesse período. Neste sentido, a plasticidade, a grande capacidade de adaptação e, inclusive, a mutabilidade das narrativas e dos programas de desenvolvimento parecem ser uma de suas características mais notáveis.

Certamente, um exame da virada para o novo século mostra que se reordenaram de tal forma as iniciativas em torno do desenvolvimento que novos léxicos apareceram. Tal foi o caso mesmo das propostas neodesenvolvimentistas dos anos 2000, já mostrando uma releitura do desenvolvimento para um momento de economia global e abertura de mercados, ainda que com mais inserção estatal, e foi também o que passou a se denominar de neoextrativismo (Gudynas, 2016; Silva Santisteban, 2017). Aqui cabe um ponto de destaque decisivo. As economias latino-americanas foram impulsionadas com novas formas de participação do Estado nos processos de desenvolvimento, embora sem se perder a oportunidade nos mercados globais e incentivo a grandes empresas, e com intenso apelo aos usos da “natureza”. Isso aponta para transformações globais que marcam um período muito recente e que também experimentaram relativo declínio com crises da economia mundial. Cabe notar que o desenvolvimento tem sido um dos substantivos de uso global que mais tem recebido adjetivos com a finalidade de particularizá-lo: desenvolvimento nacional, sustentável, autônomo, endógeno, ecológico, étnico, regional, local, humano, etc. (Quintero, 2015).

Entretanto, se é possível falar de constelações de poder e de uma máquina do desenvolvimento para explicar um sistema de efeitos colossais, por outro lado, esses processos de desenvolvimento podem ser apropriados, reterritorializados nas práticas situadas de uma diversidade de atores. Não por acaso que é mais compreensível perceber a sobrevivência do desenvolvimento sob esse prisma, pois ele agencia pessoas e coisas, cria desejos, promete realizações e articula afetos muito particulares (Blanco, 2022; DeVries, 2007). Queremos afirmar que,

no âmbito das relações entre processos globais e locais, as práticas dos atores pareciam ainda mostrar o fôlego do discurso do desenvolvimento, embora as colorações, traduções, reinvenções (Perrot, 2008) e combinações que davam forma aos lugares demonstram negociações intensas (Beck, 2017) e interfaces de poder (Long, 2001). É para o entendimento dessas complexas relações que a antropologia social tem muito a oferecer, especialmente com a etnografia. Claro que aqui estamos também num terreno que acompanha a teoria social contemporânea em direção à atenção às práticas, à reflexividade e à agência.

Outro campo de investigação recente, e distinto do anterior, é o que trava ainda diálogos com os trabalhos pós-estruturalistas, mas articula conceitos tais como biopolítica, vida nua, sacrifício e estado de exceção trabalhados por Giorgio Agamben e também por Achille Mbembe. Problemáticas que evocam novamente mecanismos de dominação e soberania, atualizando problemas antigos como poder e violência, no caso de Mbembe (2019) para questões raciais, colonialismo, terror e políticas de morte como centrais. A obra de Agamben (2002, 2004), por seu turno, aponta para um regime distinto de investigação genealógica da modernidade (com forte interação com estudos linguísticos, teológicos e do direito) e, pode-se dizer, o autor acaba por gerar debates que auxiliam a renovar o campo do desenvolvimento e das conformações do Estado (Gupta, 2012; Parfitt, 2009; Radomsky, 2015; Sylvester, 2006).

Ajuda, cooperação internacional e ações de cunho humanitário

Os problemas do desenvolvimento adquirem peculiaridades quando examinados do ângulo da cooperação internacional, haja vista a magnitude que esta assumiu para promover mudanças sociais em larga escala desde os anos 1950 e 1960. É claro que a cooperação internacional para o desenvolvimento foi estudada por diversas áreas de conhecimento e abordagens para além da antropologia. Contudo, interessa particularmente os modos pelos quais a antropologia ofereceu ferramentas teóricas e metodológicas específicas para tal fim.

Não será possível recorrer a uma ampla digressão sobre o tema, bastante documentado, mas cabe registrar que é preciso ver o problema do ângulo de como processos de transformação associados a fluxos e circulação globais operam em

conjunto com ideias, símbolos, mensagens e formas de conhecimento legítimo. Conforme estudou Olivier de Sardan ao longo de sua trajetória (por exemplo Olivier de Sardan, 1995) o desenvolvimento geralmente transplanta saberes de uns lugares a outros, particularmente conhecimento técnico vinculado a setores específicos tais como ciências agrárias, economia, planejamento e administração – tema também elaborado por Ferguson (1994). Mas, apesar disso, ou seja, do seu conteúdo de poder e eventual violência, a força dos atos que são formadores e mantenedores de doações, a cooperação ou a ajuda humanitária podem, inversamente, apelar expressivamente para a dádiva, a prestação e mesmo a gratidão do beneficiário de aceitar a ajuda (Silva, 2008), e não raro em países que recebem ajuda de muitos outros isso se dissemina junto a formas de construção do Estado e fluxos de capital (Silva, 2012).

Nas relações Norte-Sul,⁸ a magnitude da doação para projetos de cooperação internacional é significativa, e, como parte dessa literatura também já é amplamente conhecida na antropologia social, vale uma menção para os trabalhos de David Mosse. Uma das novidades de sua abordagem (Mosse, 2005) é sustentar que os projetos são situacionais e instáveis, e dificilmente se pode concluir que uma iniciativa é bem ou malsucedida, pois o tempo de vida do projeto é um operador-chave. Em sua etnografia na Índia, o autor compreendeu que o programa em operação envolvendo agricultores como beneficiários teve muitos momentos, desde períodos iniciais em que os eventos transcorriam de modo a manter a iniciativa como potencialmente bem-sucedida, passando por um ápice de adesão de atores até um determinado ponto do tempo, em que problemas apareceram e foi inevitável mostrar a perda da força, os dilemas de incoerências e o que se pode dizer como o insucesso, pelo menos nessa etapa final.

A proposta de Mosse (2005) é performativa e focada em práticas, pois os projetos e programas devem construir imagens representativas de sucesso, sendo isso fundamental (embora aberto sempre a fracasso) para a adesão dos atores em questão. Particularmente para empenhar doadores de recursos isso é crucial. Assim, e de forma diferente dos trabalhos inspirados em Foucault (Álvarez Leguizamón, 2008; Escobar, 1995; Stein, 2000), para Mosse a representação

8 A importância que assumiu nas últimas décadas a cooperação com relações entre países do hemisfério sul do globo é notável, e alguns trabalhos mostram as mudanças ocorridas (Cesarino, 2012; Mawdsley, 2012).

sobre um programa depende de um contínuo esforço em torno da construção e reconstrução de sua imagem, e os atores envolvidos diretamente são os principais responsáveis por configurar e manter essa imagem, e não uma longínqua organização de atuação global. É nesse âmbito que quadros de entendimento se formam e tendem a constituir uma espécie de comunidade que interpreta a iniciativa de uma certa maneira no momento (Mosse, 2005). Essa sustentação é difícil de manter porque podem aparecer diversos problemas ao longo do tempo. Num certo sentido, se pode compreender que a comunidade envolvida (doadores, técnicos, beneficiários) é interpelada a depositar sua confiança no sucesso do programa, mesmo que isso esteja mais nas expectativas do que na realidade.⁹

A etnografia de Vianna (2014) no Brasil tem pontos de contato com o exposto acima. A autora mostrou de que maneira gestores de programas e projetos elaboram estratégias para justificar sua própria importância e o modo como ferramentas técnicas de gestão contribuem para tal, apelando para simplificações do mundo social, construção de metas realistas e matrizes de entendimento das mudanças sociais que facilitam quais objetivos precisam ser alcançados. Isso se forja em algumas situações estabelecendo traduções de projetos já antes realizados em outros lugares de maneira que suas metas nos locais de replicação possam ser mais facilmente atingidas, o que novamente sugere a força das apropriações locais e dos mediadores que transladam e reorganizam os mesmos projetos.

Esses modos de fazer antropologia do desenvolvimento podem ser contextualizados em movimentos mais amplos que, sem perder o horizonte escalar dos processos de desenvolvimento, tentam compreender as tramas dos programas de desenvolvimento partindo do local e abrindo espaço para os diversos modos pelos quais os planos desenvolvimentistas são contestados. Isso implica uma gama diversa de resultados econômicos e socioculturais que não podem ser lidos somente por meio da categoria de resistência. Sem dúvida a resistência ao desenvolvimento é uma das dinâmicas mais estendidas (e analisadas) nos estudos sobre redes e processos de desenvolvimento, mas as capacidades

9 Mosse e Lewis (2006) elaboram constructos analíticos para estudos etnográficos sobre programas de desenvolvimento, especialmente em torno da teoria ator-rede (ver também Donovan, 2014).

de agências sociais locais que acontecem na prática não se limitam a esse corolário. Em certa medida, essas antropologias do desenvolvimento (Castelnuovo, 2015; Dahl; Rabo, 1992; Mitchell, 2002; Palenzuela, 2011) se articulam com debates mais abrangentes interessados nas dinâmicas de localização contextual dos sistemas globais (a modernidade, o capitalismo), procurando as modalidades segundo as quais ideias e práticas desenhadas no Ocidente são “provincializadas” localmente.

Em paralelo às organizações que se dedicaram aos programas e projetos de desenvolvimento desde meados do século passado, diferentes entidades se organizaram em torno da ajuda humanitária. Envolvendo Estados, organizações nacionais ou transnacionais, o humanitarismo também foi uma face desse processo, porém com modos específicos de atuação focada no sofrimento social e em regiões marcadas por traumas, catástrofes ou guerras. Moralidade e sentimentos como parte de uma forma de intervenção no social é o modo como Fassin (2012) elabora a análise do problema que nas últimas décadas do século XX se tornou ainda mais expressivo, com crescente apelo para empatia, compaixão, assistência e responsabilidade sobre os outros que sofrem. Curiosamente, mostra o autor, é também analisando os problemas que isso evoca que se entendem as consequências políticas da razão humanitária, em seus termos, particularmente as substituições que passam a se mostrar no cenário: ao longo do tempo parece que se testemunha menos luta contra injustiça e mais empatia pelo sofrimento dos outros, e exclusão toma o lugar do clássico tema da desigualdade. Também paulatinamente, alívio à pobreza e às condições quaisquer de sofrimento são o que importa, portanto as similaridades com o campo do desenvolvimento e o gradual abandono da esperança por grandes transformações sociais não são coincidência.

Esse campo durante muito tempo foi também marcado pela significativa atuação de entidades que institucionalizavam os problemas: Estado e organizações. Tal como os trabalhos anteriormente citados, humanitarismo como ação própria de organizações burocráticas era o tipo de intervenção verdadeiramente disseminado. Recentemente, trabalhos etnográficos mostram que há uma nova face surpreendente desse processo, com importante ativismo do que se pode chamar de voluntarismo humanitário não ligado a organizações (Fechter, 2023; Fengjiang, 2023). Nesses estudos, aparecem críticas antropológicas propiciadas pelas etnografias, tais como o rechaço à orientação

universalista do humanitarismo liderado pelos países do Norte. Formas locais e que se orientam por distintas influências (históricas, religiosas) emergem e ambos os trabalhos antes citados se voltam a ações humanitárias na Ásia. Fechter (2023) mostra o quanto formas cotidianas de auxiliar os outros se fundamentam em um tipo escala de atingir alguém (às vezes uma pessoa, no singular; ou pelo menos poucas): ajudar um indivíduo específico, alguém que possa ter um alívio de sofrimento, e na crença de que ele possa no futuro ajudar outros. Embora a autora situe o tema no âmbito de programas que podem ser entendidos como operando para o desenvolvimento, sua informalidade e o modo em que cada doador procura ajudar numa escala pessoal, de valorizar cada ação individual como algo que dê satisfação ao doador, faz a antropóloga entender que ao focar pessoas comuns auxiliando outras isso se afasta das noções mais comuns do campo (em geral, desenvolvimento é algo organizado por entidades profissionais ou o Estado). Já Fengjiang (2023), ao estudar catástrofes e desastres na China, observa como se estruturam formas alternativas (não ocidentais) de humanitarismo, com genealogias distintas da liberal e cristã. Seu trabalho mostra também a adesão a causas que se mostram emergenciais, em que grupos se constituem com extrema rapidez para resolver situações críticas.

O que se destaca dessa discussão é a relevância que têm assumido ações que parecem mostrar desconfiança das organizações burocráticas e dos grandes programas, o que a aproxima das vicissitudes do desenvolvimento. Ações de escala local e foco em pessoas; problemas específicos de sofrimento (refugiados ou pessoas em situação de fome, por exemplo); iniciativas da sociedade civil e orientação para lidar com desastres ambientais são alguns dos novos modos que parecem estar em curso.

As antropologias do desenvolvimento realizadas no Brasil

Não há nada de polêmico ao se afirmar que a antropologia do desenvolvimento não é precisamente a subárea da antropologia seguida por mais profissionais da antropologia feita no Brasil. Por diversos motivos, relacionados a própria história da antropologia brasileira, o desenvolvimento tem estado presente de forma parcial, mas não por isso têm sido menos importantes os aportes da

antropologia brasileira nesse campo.¹⁰ Sem poder esgotar esses assuntos, e nos limites deste ensaio, gostaríamos de apontar, sucintamente, alguns dos aportes, linhas de pesquisa e autoras(es) que têm sido relevantes nos estudos antropológicos sobre o desenvolvimento.

É fundamental destacar que a questão do desenvolvimento é uma temática antiga na antropologia brasileira e se remonta diretamente às obras de Darcy Ribeiro (1968), especialmente a sua série “antropologia da civilização”, começada na década de 1960, e que, formada por cinco livros, tinha como objetivo central analisar o desenvolvimento desigual da América Latina, mas com ênfase especial no Brasil. Seguindo uma versão particularmente *sui generis*, tanto do marxismo quanto da antropologia neoevolucionista, Ribeiro desenrolou uma análise de longa duração que utilizava o “desenvolvimento” (técnico-produtivo) como núcleo estruturante dos processos históricos. Apesar das suas interessantes contribuições para a época, Ribeiro contribuiu para naturalizar o desenvolvimento como um tipo de força teleológica. Já no caso dos estudos de corte etnológico que formam parte do seu quinteto de obras, Ribeiro elaborou uma modalidade de *antropologia para o desenvolvimento* pensando na “integração” das sociedades indígenas ao Estado-Nação Brasileiro.

Uma parte da antropologia das sociedades indígenas no Brasil seguiu esses rumos sob diversos matizes críticos e com diferentes adjetivações do desenvolvimento, mas com a prática comum de reduzir as desigualdades das populações indígenas no país, na maioria dos casos durante as décadas de 1960 e 1970 através do mapeamento das relações de contato ou “fricção interétnica” (por exemplo: Almeida, 2001; Cardoso de Oliveira, 1964; Laraia; DaMatta, 1967). Por outro lado, entre as décadas de 1970 e 1980, estudos de antropologia rural em diversos contextos do Brasil também se interessaram por processos de desenvolvimento, conceitualizando essa temática sobretudo como mudança e transformação

10 Porém, vale a pena ressaltar o importante papel que diversos grupos de pesquisa do CNPq têm tido nas última duas décadas dentro dos estudos críticos do desenvolvimento no Brasil, particularmente nas áreas da antropologia e da sociologia e com forte ênfase em problemáticas socioambientais. Cabe destacar aqui o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA) da Universidade Federal de Minas Gerais, fundado em 2002, o grupo Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, criado em 2003, o Grupo de Estudos sobre Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambientes (GEDMMA) da Universidade Federal do Maranhão, formado em 2005, e o grupo interdisciplinar Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) da Universidade Federal de Juiz de Fora, constituído em 2010.

social, mas também com ênfase nas desigualdades e nas relações de poder em diversas escalas e dimensões (por exemplo: Candido, 1971; Stolcke, 1986; Velho, 1981). Outro tanto poderia ser dito sobre os estudos de antropologia urbana no Brasil, mesmo que encarregados de explorar contextos adjetivados como “desenvolvidos” ou “modernos” em oposição aos “tradicionais”.

Desse modo, é muito difícil desconsiderar a importância dos trabalhos sobre comunidades rurais ou programas de desenvolvimento rural no panorama histórico, assim como sobre grupos indígenas e as relações com a sociedade mais ampla e com processos de intervenção (Verdum, 2006). Sociedades vistas parcialmente ou pouco integradas à sociedade nacional, interpretada com a convivência do atrasado e do moderno, durante muitas décadas foram “objetos de projetos” para melhoria das condições de articulação com os mercados capitalistas, mas a antropologia desde algum tempo incorporou a intenção de autonomia dos povos ao demarcar formas de etnodesenvolvimento enquanto particularmente relevantes (Little, 2002). Essa conceituação em torno do etnodesenvolvimento, entretanto, sempre sofrera com problemas a respeito de que conteúdos culturais modernizantes ainda prevaleciam, especialmente considerando conflitos a respeito de que mudanças eram benéficas, quais não, e como julgar isso. O argumento de que o etnodesenvolvimento ainda se conduzia pelas ideologias do desenvolvimentismo eram difíceis de contrapor. Em face disso que certas tendências podiam fundamentar suas perspectivas em abordagens mais críticas, mormente ao capitalismo (Ribeiro, 1999), como antes expusemos sobre as teorias da dependência.

Nesse último sentido as pesquisas de Gustavo Lins Ribeiro são particularmente relevantes. A obra, que tem origem na sua tese de doutorado sob a orientação de Eric Wolf (Ribeiro, 1999), se caracteriza por colocar em prática uma análise fluída e profunda da construção do projeto binacional de desenvolvimento energético da usina hidroelétrica de Yacyretá (Argentina-Paraguai). O autor explora a longa trajetória de negociações iniciada entre os dois países em 1973, passando pelos diversos momentos e não poucos problemas e polêmicas até seu funcionamento em 1994, colocando o foco nas relações transnacionais e nas dinâmicas dos capitalismo “nacionais” de ambos os países tendo como pano de fundo a questão do desenvolvimento, explorada sobretudo como ideologia. Anos depois o mesmo autor irá propor uma importante categorização do desenvolvimento, conceitualizada como “ideologia/utopia” (Ribeiro, 2008), que

terá ampla ressonância da antropologia do desenvolvimento, especialmente na América Latina. Possivelmente as obras de Ribeiro (1999) constituíram uma certa transição da tematização do desenvolvimento como uma questão subsidiária às análises antropológicas propriamente centradas no exame crítico do desenvolvimento como discurso e prática, articuladas com um cenário, tanto global como regional, marcado por uma crescente rejeição ao desenvolvimento.

Porém, se a rejeição ao desenvolvimentismo não foi forte o suficiente por muito tempo no Brasil, talvez parte de uma agenda desenvolvimentista do país, então não foi sem razão que Carneiro (2012) apontou que num determinado momento recente os trabalhos de Arturo Escobar exerceram grande influência nos meios acadêmicos brasileiros. Pois então os estudos passam paulatinamente a adquirir um contorno de crítica desconstrutiva dos processos de desenvolvimento, mostrando o fracasso das formas de mudança induzida. Se em algumas das tendências anteriores podemos vislumbrar ora mais ora menos capacidade de que a metamorfose do desenvolvimento possa gerar benefícios aos grupos-alvo, na abordagem pós-estruturalista se trata de romper com a linguagem, com a retórica e com a prática de “produzir o desenvolvimento” sem deixar de dialogar com os problemas advindos da área como um desafio antropológico. É claro que nesse período mais recente se multiplicaram as abordagens teóricas mais utilizadas e os problemas tratados (Cesarino, 2014; Lopo, 2016; Paredes Peñafiel; Radomsky, 2021; Teixeira; Zhouri; Motta, 2021; Zhouri; Laschefski, 2010).

Outras linhas investigativas presentes na antropologia do desenvolvimento brasileira atual são as que procuraram entender o papel dos projetos das agências nacionais e dos organismos internacionais nas nossas fronteiras (Barroso; Nicaise, 2014; Vianna, 2014) ou de entidades estrangeiras ou brasileiras no exterior (Cesarino, 2012; Silva, 2008). Nessa série de trabalhos profícuos realizados no Brasil é de se destacar que as últimas décadas marcam uma virada relevante e que parece apontar também para vários dos estudos no futuro próximo: as questões ambientais e a emergente discussão sobre o Antropoceno/Capitaloceno, problema que poderia gerar excelentes frutos no país ao explorar a discussão urgente sobre antropologia do futuro (que futuro teremos, como ele é imaginado e o que as pessoas desejam?).

Apesar das pesquisas antes mencionadas, e como já foi sinalizado, parece temerário afirmar que a área da antropologia do desenvolvimento teve forte presença no cenário nacional como outras da antropologia. Entretanto, será

impossível fazer uma incursão nesse complexo problema, porque as razões podem ser variadas, até mesmo o quanto trabalhar com o tema do desenvolvimento parece evocar um tipo de engajamento “para” o desenvolvimento. Espera-se que neste momento da argumentação se entenda que essa visão é bastante simplista das relações entre antropologia e desenvolvimento, embora não faltem elementos na história da área que podem sinalizar para isso (veja-se Albert, 2022 para o caso francês; e Díaz-Polanco, 2009 para o caso mexicano). E no que tange aos estudos que se voltam grosso modo ao ambiente, muitos deles se afastam da temática do desenvolvimento propriamente dito (aproximando-se mais de debates com controvérsias da ciência, saúde e epidemias ou de conservação), mas cabe a menção que o momento novo-desenvolvimentista vivido no país recentemente – como antes visto – reorientou a participação do Estado na economia e criou condições para um conjunto de grandes intervenções e obras de infraestrutura, tais como estradas, empreendimentos mineiros, silvicultura, portos e usinas hidrelétricas.

A antropologia do desenvolvimento no Brasil, pode-se afirmar, teve um impulso no mesmo período com uma gama de estudos sobre tais intervenções, e com o declínio da última onda desenvolvimentista/extrativista também se testemunhou a diminuição da produção antropológica da área. Recentemente, certas transformações semânticas têm deslocado a questão do desenvolvimento para outras categorias concomitantes, como o bem-viver, em outros casos a questão do desenvolvimento tem aparecido com novas roupagens em diversas formas de intervenção tanto estatal quanto privada. Como não poderia ser de outra forma, os profissionais das ciências sociais, em geral, e da antropologia, em particular, estão se encarregando de abordar esses assuntos. Porém, só no futuro poderá ser feito um novo balanço histórico sobre as metamorfoses do desenvolvimento e os rumos das suas antropologias.

Referências

ADAMS, V.; PIGG, S. (ed.). *Sex in development: science, sexuality, and morality in a global perspective*. Durham: Duke University Press, 2005.

AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

- AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALBERT, B. Antropologia aplicada ou “antropologia implicada”? Etnografia, minorias e desenvolvimento. *R@U: revista de antropologia da UFSCAR*, São Carlos, v. 14, n. 2, p. 179-217, 2022.
- ALMEIDA, R. F. T. de. *Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: o Projeto Kaiowa-Ñandeva como experiência antropológica*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.
- ÁLVAREZ LEGUIZAMÓN, S. *Pobreza y desarrollo en América Latina: el caso de Argentina*. Salta: Universidad Nacional de Salta, 2008.
- AMEL, M. Colonialism and underdevelopment. In: AMEL, M. *Selected writings of Mahdi Amel*. Leiden: Brill, 2020. p. 15-83.
- AMIN, S. *El desarrollo desigual*. Barcelona: Editorial Fontanella, 1974.
- BALANDIER, G. *Afrique ambiguë*. Paris: Plon, 1963.
- BAMBIRRA, V. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. México: Siglo XXI, 1974.
- BARROSO, M. M.; NICAISE, N. Culturas morais e políticas de desenvolvimento na Noruega e na União Europeia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 41, p. 51-86, jan./jun. 2014.
- BECK, E. *How development projects persist: everyday negotiations with Guatemalan NGOs*. Durham: Duke University Press, 2017.
- BLANCO, G. *A mineradora é a mãe de Araxá?: desenvolvimento e controvérsias em torno da mineração de nióbio em Minas Gerais*. 2022. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 1971.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *O índio e o mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.
- CARNEIRO, M. Práticas, discursos e arenas: notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 129-158, 2012.
- CASTELNUOVO, N. *Mujeres Guaraníes y procesos de participación política*. Buenos Aires: Antropofagia, 2015.
- CÉSAIRE, A. *Discurso sobre el colonialismo*. Madri: Akal, 2006.

CESARINO, L. Anthropology of development and the challenge of South-South cooperation. *Vibrant*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 507-537, 2012.

CESARINO, L. Antropologia multissituada e a questão da escala: reflexões com base no estudo da cooperação sul-sul brasileira. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 41, p. 19-50, jan./jun. 2014.

COCHRANE, G. *Development anthropology*. New York: Oxford University Press, 1971.

COOPER, F.; PACKARD, R. Introduction. In: COOPER, F.; PACKARD, R. (ed.). *International development and the social sciences*. Berkeley: University of California Press, 1997. p. 1-41.

CORONIL, F. *El Estado mágico: dinero, naturaleza y modernidad en Venezuela*. Caracas: Nueva Sociedad, 2002.

COWEN, M.; SHENTON, R. *Doctrines of development*. London: Routledge, 1996.

CRUSH, J. (ed.). *Power of development*. Florence: Routledge, 1995.

DAHL, G.; RABO, A. (ed.). *Kam-ap or take-off: local notions of development*. Stockholm: Stockholms Universitet, 1992.

DeVRIES, P. Don't compromise your desire for development! A Lacanian/Deleuzian rethinking of the anti-politics machine. *Third World Quarterly*, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 25-43, 2007.

DÍAZ-POLANCO, H. *La diversidad cultural y la autonomía en México*. México: Nostra, 2009.

DONOVAN, K. Development as if 'We have never been modern': fragments of a latourian development studies. *Development and Change*, [s. l.], v. 45, n. 5, p. 869-894, 2014.

ESCOBAR, A. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación modernidade/colonialidad latinoamericano. *Tabula Rasa*, [s. l.], n. 1, p. 51-86, 2003.

ESCOBAR, A. El postdesarrollo como concepto y práctica social. In: MATO, D. (coord.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2005. p. 17-31.

ESCOBAR, A. *Territories of difference: place, movements, life, redes*. Durham: Duke University Press, 2008.

ESTEVA, G. Development. In: SACHS, W. (ed.). *The development dictionary: a guide to knowledge as power*. London: Zed Books, 1992. p. 6-25.

FABIAN, J. *O tempo e o outro*. Petrópolis: Vozes, 2013.

FANON, F. *Los condenados de la tierra*. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.

FASSIN, D. *Humanitarian reason: a moral history of the present*. Berkeley: University of California Press, 2012.

FECHTER, A.-M. 'Every person counts': the problem of scale in everyday humanitarianism. *Social Anthropology*, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 14-29, 2023.

FENGJIANG, J. The desire to help. Vernacular humanitarian imaginaries in China. *Social Anthropology*, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 30-47, 2023.

FERGUSON, J. *The anti-politics machine: "development," depoliticization and bureaucratic power in Lesotho*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

FERGUSON, J. Anthropology and its evil twin: "development" in the constitution of a discipline. In: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. (ed.). *The anthropology of development and globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism*. Malden: Blackwell, 2005. p. 140-153.

FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FOSTER, G. *Traditional cultures and the impact of technological change*. New York: Harper, 1962.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. *Sociología de la explotación*. México: Siglo XXI, 1969.

GUDYNAS, E. Transições ao pós-extrativismo: sentidos, opções e âmbitos. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (org.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 174-212.

GUNDER FRANK, A. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1970.

GUPTA, A. *Red tape: bureaucracy, structural violence, and poverty in India*. Durham: Duke University Press, 2012.

HOBART, M. (ed.). *An anthropological critique of development: the growth of ignorance*. London: Routledge, 1993.

HYMES, D. The use of anthropology. In: HYMES, D. (ed.). *Reinventing anthropology*. New York: Vintage Books, 1974. p. 3-79.

KAPOOR, I. *The postcolonial politics of development*. London: Routledge, 2008.

KATZ, C. *A teoria da dependência: 50 anos depois*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LANG, M.; MOKRANI, D. (comp.). *Más allá del desarrollo*. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo, 2010.

LARAIA, R. de B.; DAMATTA, R. *Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios do médio Tocantins*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

LEWIS, D. “Big D” and “little d”: two types of twenty-first century development? *Third World Quarterly*, [s. l.], v. 40, n. 11, p. 1957-1975, 2019.

LI, T. M. *The will to improve: governmentality, development and practice politics*. Durham: Duke University Press, 2007.

LITTLE, P. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. *Tellus*, Campo Grande, ano 2, n. 3, p. 33-52, 2002.

LONG, N. *Development sociology: actor perspectives*. London: Routledge, 2001.

LOPO, R. *Um mar (revolto) de oportunidades: desenvolvimento e trabalho através de diferentes escalas da indústria naval na cidade de Rio Grande e balneário Cassino*. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LUCE, M. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MALINOWSKI, B. *The dynamics of culture change*. New Haven: Yale University Press, 1945.

MAWDSLEY, E. *From recipients to donors: emerging powers and the changing development landscape*. London: Zed Books, 2012.

MBEMBE, A. *Necropolitics*. Durham: Duke University Press, 2019.

McEWAN, C. *Postcolonialism and development*. London: Routledge, 2009.

MITCHELL, T. *Rule of experts: Egypt, techno-politics, modernity*. Berkeley: University of California Press, 2002.

MOSSE, D. *Cultivating development: an ethnography of aid policy and practice*. London: Pluto Press, 2005.

MOSSE, D.; LEWIS, D. Theoretical approaches to brokerage and translation in development. In: LEWIS, D.; MOSSE, D. (ed.). *Development brokers and translators: the ethnography of aid and agencies*. Bloomfield: Kumarian Press, 2006. p. 1-26.

MUDIMBE, V.-Y. *A invenção da África: gnose, filosofia, e a ordem do conhecimento*. Luanda: Pedago: Mullenba, 2013.

NASH, J. *Comemos a las minas y las minas nos comen a nosotros*. Buenos Aires: Antropofagia, 1979.

OLIVIER DE SARDAN, J.-P. *Anthropologie et developpment: essai en socio-anthropologie du changement social*. Paris: APAD: Karthala, 1995.

PALENZUELA, P. Discursos y prácticas del desarrollo en los Andes ecuatorianos: el proyecto PRODECO en Cotopaxi. In: PALENZUELA, P.; OLIVI, A. (ed.). *Etnicidad y desarrollo en los Andes*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2011. p. 53-82.

PARDES PEÑAFIEL, A. P.; RADOMSKY, G. F. W. “Água é vida”: política, memória e experiência nos conflitos em torno da mineração em Cajamarca, Peru. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 64, e184476, 2021.

PARFITT, T. Are the Third World poor Homines Sacri? Biopolitics, sovereignty, and development. *Alternatives*, [s. l.], v. 34, n. 1, p. 41-58, 2009.

PERROT, D. Quem impede o desenvolvimento “circular”? (Desenvolvimento e povos autóctones: paradoxos e alternativas). *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 17, n. 17, p. 219-232, 2008.

QUIJANO, A. La nueva heterogeneidad estructural de América Latina. In: SONNTAG, H. (ed.). *¿Nuevos temas, nuevos contenidos?* Caracas: Nueva Sociedad, 1989. p. 29-51.

QUIJANO, A. El fantasma del desarrollo en América Latina. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 73-90, 2000.

QUINTERO, P. Introducción. In: QUINTERO, P. (ed.). *Crisis civilizatoria, desarrollo y buen vivir*. Buenos Aires: Duke University: Ediciones del Signo, 2014. p. 11-25.

QUINTERO, P. *Antropología del desarrollo: perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Kula, 2015.

QUINTERO, P. Entwicklung und Kolonialität. In: SCHMIDT, L.; SCHRÖDER, S. (Hg.) *Entwicklungstheorien: Klassiker, Kritik und Alternativen*. Wien: Mandelbaum Verlag, 2017. p. 360-382.

RADOMSKY, G. F. W. Biopolítica e desenvolvimento? Foucault e Agamben sobre Estado, governo e violência. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 537-567, 2015.

RADOMSKY, G. F. W. Retrato de uma vida em comunidade: o relato de si ante a duas modalidades de desenvolvimento. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, ano 21, n. 59, e12946, 2023.

RAHNEMA, M. Towards post-development: searching for signposts, a new language and new paradigms. In: RAHNEMA, M.; BAWTREE, V. (ed.). *The post-development reader*. London: Zed Books, 1997. p. 377-403.

RAHNEMA, M.; BAWTREE, V. (ed.). *The post-development reader*. London: Zed Books, 1997.

REDFIELD, R. *The primitive world and its transformations*. New York: Cornell University Press, 1953.

RIBEIRO, D. *El proceso civilizatorio*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1968.

RIBEIRO, G. L. *Capitalismo transnacional y política hidroenergética en la Argentina: la represa de Yaciretá*. Posadas: Universidad Nacional de Misiones, 1999.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 80, p. 109-125, 2008.

RIST, G. *The history of development: from Western origins to global faith*. London: Zed Books, 2008.

RODNEY, W. *De cómo Europa subdesarrolló a África*. México: Siglo XXI, 1972.

SACHS, W. Introduction. In: SACHS, W. (ed.). *The development dictionary: a guide to knowledge as power*. London: Zed Books, 1992. p. 1-5.

SACHS, W. The sustainable development goals and 'Laudato si': varieties of post-development? *Third World Quarterly*, [s. l.], v. 38, n. 12, p. 2573-2587, 2017.

SAID, E. *Orientalismo*. Madrid: Ediciones Libertarias, 1990.

SILVA, K. A cooperação internacional como dádiva: algumas aproximações. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 141-170, 2008.

SILVA, K. Global flows of government practices: development technologies and their effects. *Vibrant*, Brasília, v. 9, n. 2, p. 70-102, 2012.

SILVA SANTISTEBAN, R. *Mujeres y conflictos ecoterritoriales: impactos, estrategias, resistencias*. Lima: Flora Tristan, 2017.

SPIVAK, G. C. *A critique of postcolonial reason*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

STAVENHAGEN, R. *Las clases sociales en las sociedades agrarias*. México: Siglo XXI, 1969.

STEIN, W. *Vicisitudes del discurso del desarrollo en el Perú: una etnografía sobre la modernidad del Proyecto Vicos*. Lima: Casa de Estudios del Socialismo, 2000.

STEWART, J. *Theory of culture change*. Chicago: University of Illinois Press, 1955.

STOLCKE, V. *Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1960)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SYLVESTER, C. Bare life as a development/postcolonial problematic. *The Geographical Journal*, [s. l.], v. 172, n. 1, p. 66-77, 2006.

TEIXEIRA, R.; ZHOURI, A.; MOTTA, L. Os estudos de impacto ambiental e a economia de visibilidades do desenvolvimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 36, n. 105, e3610501, 2021.

THOMAS, A. Development as practice in a liberal capitalist world. *Journal of International Development*, [s. l.], n. 12, p. 773-787, 2000.

TROUILLOT, M.-R. Anthropology and the savage slot: the poetics and politics of otherness. In: FOX, R. (ed.). *Recapturing anthropology*. Santa Fe: School of American Research, 1991. p. 17-44.

VELHO, O. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VERDUM, R. *Etnodesenvolvimento: nova/velha utopia do indigenismo*. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

VIANNA, C. M. Lições em engenharia social: a lógica da matriz de projeto na cooperação internacional. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 41, p. 87-115, jan./jun. 2014.

VISVANATHAN, N. (ed.). *The women, gender, and development reader*. London: Zed Books, 1997.

WALLERSTEIN, I. La estructuración capitalista y el sistema-mundo. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 11-27, 1996.

WASSERMAN, C. *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

WILLIAMS, R. *Palabras clave*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

WORSLEY, P. *The trumpet shall sound*. London: Granada Publishing, 1957.

WORSLEY, P. *El Tercer Mundo*. México: Siglo XXI, 1971.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ZIAI, A. Post-development: premature burials and haunting ghosts. *Development and Change*, [s. l.], v. 46, n. 4, p. 833-854, 2015.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.